



Formação e produção acadêmica: o papel das editoras universitárias¹

Education and academic production: the role of university editors

Formación y producción académica: el papel de las editoras universitarias

Luciano Aronne de Abreu

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

As primeiras editoras universitárias no Brasil foram criadas apenas recentemente, nos anos de 1961 e 1962, respectivamente nas Universidades de Brasília (UnB) e de São Paulo (USP). Esse processo, entretanto, seria reativado apenas em 1971, com a criação da editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e se tornaria mais expressivo a partir de 1982, com a criação de outras 19 editoras universitárias em todas as regiões do Brasil, dentre as quais se inclui a da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, a EDIPUCRS (1988). O papel e o sentido acadêmico dessas editoras, entretanto, foi se modificando ao longo desses anos, de prestadoras de serviços a participantes ativas e integradas ao projeto institucional de formação, produção e divulgação científica das universidades a que pertencem. Analisar essas questões, portanto, se constitui justamente o objetivo desse estudo, tendo por base o caso da EDIPUCRS.

Palavras-chave: Editoras universitárias. EDIPUCRS. História das editoras universitárias.

Abstract

The university publishers in Brazil were created only recently, in the years 1961 and 1962, respectively in the Universities of Brasília (UnB) and São Paulo (USP). This process, however, would be reactivated only in 1971, with the creation of the publishing house of Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), and would become more expressive from 1982, with the creation of 19 other university publishing houses in all regions of Brazil, among which Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, EDIPUCRS (1988). The role and academic meaning of these publishers, however, has been changing over the years, from service providers to active participants and integrated into the institutional project of training, production and scientific dissemination of the universities to which they belong. Analyzing these issues, therefore, constitutes precisely the purpose of this study, based on the case of EDIPUCRS.

Keywords: University Press. EDIPUCRS. History of university press.

Resumen

Las primeras editoriales universitarias en Brasil fueron creadas apenas recientemente, en los años 1961 y 1962, respectivamente en las Universidades de Brasília (UnB) y de São Paulo (USP). Este proceso, sin embargo, sería reactivado sólo en 1971, con la creación de la editorial de la Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), y se volvería más expresivo a partir de 1982, con la creación de otras 19 editoras universitarias en todas las regiones de Brasil, entre las que se incluye la Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, EDIPUCRS (1988). El papel y el sentido académico de estas editoriales, sin embargo, se ha ido modificando a lo largo de estos años, de prestadoras de servicios a participantes activos e integrados al proyecto institucional de formación, producción y divulgación científica de las universidades a las que pertenecen. El análisis de estas cuestiones, por lo tanto, se constituye justamente en el objetivo de este estudio, teniendo como base el caso de la EDIPUCRS.

Palabras clave: Editoriales Universitarias. EDIPUCRS. Historia de las editoriales universitarias.

¹ O presente artigo contou com o importante apoio e participação de Rodrigo Braga Silva, coordenador Administrativo da EDIPUCRS, não apenas no que diz respeito ao levantamento e análise dos dados aqui utilizados, mas também da sua discussão e interpretação. Eventuais erros e omissões, contudo, são de inteira responsabilidade do autor.



Introdução

As primeiras editoras universitárias do mundo foram criadas na Inglaterra, nas Universidades de Cambridge (1534) e Oxford (1586), sendo ainda hoje consideradas símbolos de distinção e qualidade da produção acadêmica desenvolvida por essas instituições ao longo dos seus quase cinco séculos de existência. Já no século XIX, enfatizando a importância da imprensa universitária e sua estreita relação com a instituição universitária, em si, Frederick York Powel, professor de História Moderna e Delegado da Clarendon University Press de Oxford dizia que “se você tiver uma biblioteca e uma editora, você tem tudo o que é necessário para uma universidade” (POWEL apud BUFREM, 2001, p. 123).

No Brasil, ao contrário do caso inglês, as editoras universitárias têm uma história bem mais recente e menos integrada, pode-se assim dizer, em relação ao projeto acadêmico-institucional de suas Universidades². Se a primeira universidade brasileira foi criada somente em 1920³, suas primeiras editoras universitárias são ainda mais recentes, datando de 1961 e 1962, respectivamente nas Universidades de Brasília (UnB) e de São Paulo (USP)⁴. Segundo Leilah Bufrem (2001), entretanto, esse processo seria reativado apenas em 1971, com a criação da editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS),

² Não se pretende aqui avançar na comparação entre os casos inglês e brasileiro, o que em muito fugiria dos objetivos deste estudo. No caso brasileiro, contudo, deve-se considerar como fator essencial para as diferenças acima apontadas sua condição colonial até o ano de 1822 e que, até a vinda da família real portuguesa para o Rio de Janeiro (1808), as atividades de imprensa eram oficialmente proibidas na colônia.

³ Segundo Talamira Brito e Ana Maria Cunha, a história da Educação Superior no Brasil pode ser situada em três dimensões: os Estudos Superiores introduzidos pelos jesuítas na Bahia (século XVII), as Escolas Superiores criadas a partir da Reforma Pombalina – cursos de Cirurgia da Bahia e de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), Academia Real da Marinha e Real Militar (1810), Escola de Agricultura (1812), Escola de Ciências, Artes e Ofícios (1816), curso de Química (1817) e os cursos de Direito de São Paulo e Olinda (1827) – e as Universidades, cujas primeiras tentativas ocorreram em Manaus (1909), São Paulo (1911) e Curitiba (1912), mas que se tornaram efetivas e permanentes somente com as Universidades do Brasil (1920) e de São Paulo (1934). A esse respeito ver: BRITO, Talamira Taita Rodrigues; CUNHA, Ana Maria Oliveira. Revisitando a História da Universidade no Brasil: política de criação, autonomia e docência. **Aprender** – Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação, Vitória da Conquista, ano VII, n. 12, p. 43-63, 2009.

⁴ Alguns autores apontam a Imprensa Universitária da Universidade Federal do Recife, criada em 1955, como a primeira editora universitária do Brasil. A respeito da história das editoras universitárias no Brasil ver: BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Com-Arte; Curitiba: UFPR, 2001.

e se tornaria mais expressivo a partir de 1982 – de 1985 a 1988, por exemplo, foram criadas 19 novas editoras universitárias em todas as regiões do Brasil⁵, dentre as quais se inclui a EDIPUCRS (1988). Algumas delas, diz Bufrem, se originaram de pequenos parques gráficos, outras foram anexadas a núcleos ou projetos editoriais vinculados às assessorias de comunicação ou mesmo a uma Pró-Reitoria da Universidade, enquanto outras, ao contrário, já foram criadas propriamente como editoras. Talvez por isso ou por influência da expressão inglesa *University Press*, que designa o que chamamos em português de editoras universitárias, estas são ainda hoje confundidas com a mera realização de serviços gráficos (BUFREM, 2001, p. 31), ainda que nas últimas décadas o papel das editoras tenha se colocado cada vez mais na pauta dos debates acadêmicos e de suas formas de inserção na estrutura institucional das Universidades, como se verá melhor adiante.

Nesse sentido, portanto, o presente estudo se propõe justamente a refletir sobre o papel e o sentido acadêmico de uma editora universitária em relação ao projeto institucional de formação, produção e divulgação científica, que se constituem no clássico tripé das universidades brasileiras – ensino, pesquisa e extensão – tendo por base o caso da EDIPUCRS.

O sentido acadêmico das editoras universitárias

Como bem salienta João Carlos Canossa Mendes, Editor da FIOCRUZ e ex-presidente da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), “não duvidamos do nosso lugar no mundo, nosso

⁵ Sobre os fatores de crescimento das editoras universitárias, Maria do Carmo Guedes destaca a confluência de interesses entre os diretores das gráficas das universidades federais, que se reuniam desde 1976 para debater temas como a padronização de impressos, seus custos e o melhor aproveitamento dos seus equipamentos, e o Ministério da Educação e Cultura (MEC), que em 1981 criou um programa (PROED) para estimular a publicação da produção científica das instituições de ensino superior (IES). Na opinião de Bufrem, esse crescimento foi determinado por três importantes marcos históricos: 1) a criação da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), em 1987; 2) a criação pelo MEC do Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES federais (PROED); 3) a criação do Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL). A esse respeito ver: GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. Editoras Universitárias – uma contribuição à indústria ou à artesanaria cultural? **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000. BUFREM, Leilah Santiago. Edição Universitária no Brasil. In: **Edición Universitaria em América Latina**: debates, retos, experiencias. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011.

lugar de fala ou pertencimento, tampouco de nossa responsabilidade (...)”, especialmente em um contexto em que “um mundo em rede se abriu à nossa frente, não a nossos pés” e, portanto, “a hora é de repensar o negócio do livro, em particular o universitário, as variadas formas que ele pode agregar (...)” (MENDES, 2011, p. 11). Em sentido semelhante, mas referindo-se de forma mais ampla ao editor e às editoras, Juan Felipe Córdoba Restrepo – editor da Universidade de Rosario, Argentina – diz que atualmente esses mudaram de sentido, assumindo “una función estratégica de la propia institución, portadora de cambios y constructora de la sociedad deseada”, sendo ainda o editor “un comunicador y mediador dialógico e intelectual entre las diversas comunidades académicas” (RESTREPO, 2011, p.42).

Em outras palavras, em sintonia com Mendes e Restrepo, talvez se possa dizer que atualmente cabe às editoras universitárias reafirmar o seu lugar de fala ou pertencimento no mundo – ou seja, a Universidade, e encarar os novos desafios e possibilidades que se abriram com vistas à maior cooperação, inclusão, internacionalização, inovação e empreendedorismo das Universidades e do conhecimento por elas produzido. Ao mesmo tempo, deve-se observar que o papel e o lugar de fala das editoras universitárias não são necessariamente antagônicos aos da chamada indústria cultural, na medida em que, ao publicizar sua produção científica, as editoras universitárias ocupam um determinado lugar nessa indústria, o que pode também contribuir para a própria missão da instituição universitária.

Esse é o sentido do que hoje se entende por uma verdadeira editora universitária, ao invés de se tratar simplesmente de uma editora na universidade, como bem diferencia Geraldo Jesuino da Costa, ex-editor da Universidade Federal do Ceará. Costa diz que, “as editoras universitárias corresponderiam ao que delas se espera: apoio aos projetos universitários. Elas devem ser discutidas numa perspectiva que situe a editoração entre os objetivos da universidade” (COSTA apud BUFREM, 2001, p. 93).

Historicamente, mas sem que se pretenda emitir qualquer juízo de valor sobre casos particulares, talvez se possa dizer, por hipótese, que o processo de constituição das editoras universitárias brasileiras, em sentido estrito, e não apenas como editoras na universidade, se estendeu por anos além da data de sua criação, quer tenham sido elas originadas de pequenos parques gráficos ou já criadas como editoras, propriamente ditas. Em ambos os casos, ainda que

já se tivesse clareza quanto à sua importância como divulgadoras do conhecimento científico produzido nas Universidades, não se tinha essa mesma clareza quanto aos critérios de seleção ou avaliação de obras, planejamento ou mesmo no que diz respeito aos seus projetos e a sua política editorial.

Nos seus primórdios, talvez se estendendo essa percepção até fins do século XX, pode-se dizer que as editoras universitárias eram geralmente vistas mais como prestadoras de serviço, agentes instrumentais e passivos à espera de obras para serem editadas, do que como participantes ativas e indissolúvelmente ligadas à vocação educacional das universidades, no sentido definido por Maria do Carmo Guedes e Maria Eliza Mazzilli Pereira (2000). Naquele contexto, portanto, se cabia às universidades “patrocinar a realização de pesquisas para a geração e renovação de conhecimento e a produção do saber”, às editoras universitárias, de forma complementar, cabia tão somente o papel de “documentar e transferir esses resultados” (BUFREM, 2001, p.21).

A esse respeito, cumprindo o seu papel de mediação entre universidade e sociedade, de produção e divulgação do saber acadêmico, que tipo de obras foram então editadas pelas editoras universitárias brasileiras?

Ainda que não nos apresente dados estatísticos, Leilah Bufrem (2011) diz que a maioria das editoras publica obras de assuntos variados, classificados nas seguintes categorias: 1) Ciências Humanas, incluindo Artes, Sociologia, Antropologia, História, Clássicos e Letras; 2) Ciências Exatas e Tecnológicas, como Matemática, Física, Sistemas de Informação e Engenharia; 3) Ciências da Saúde e Biológicas; 4) Ciências Sociais Aplicadas; 5) Ciências Agrárias e da Terra; 6) Assuntos Locais ou Regionais; e 7) Literatura. Dessas, diz a autora, há um claro predomínio das publicações de Ciências Humanas, o que não decorre “de prioridades estabelecidas como política pelos conselhos editoriais”, mas “da literatura produzida nas próprias instituições” (BUFREM, 2011, p. 136), ou seja, daquilo que a universidade fez chegar às editoras para ser editado da sua própria produção docente e discente.

Guedes e Pereira (2000), por sua vez, também sem se aterem à questão quantitativa, buscam relacionar a produção das editoras universitárias ao que chamam de vocação educacional das universidades, como acima já referido e, nesse sentido, classificam suas publicações em quatro grandes temas: 1) sobre educação; 2) para educação; 3) livros didáticos; e 4) obras que propiciem

reflexões. No primeiro tema, que as autoras dizem ser o de maior tradição entre as editoras universitárias, estariam incluídas obras que analisam diferentes aspectos ligados à educação – ensino, aprendizagem, formação de professores, leitura, escrita, educação especial, educação e sociedade, educação ambiental, trabalho docente, alfabetização, currículo, livro didático, etc. No segundo tema estariam as publicações destinadas a facilitar o trabalho do professor universitário, ou seja, “são obras de caráter introdutório a diferentes áreas do conhecimento, que significam uma contribuição das editoras universitárias ao ensino” (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 80). Já as obras didáticas, terceiro tema predominante, surgiriam da preocupação dos professores de escreverem para os seus alunos. O último tema, obras que propiciam reflexões, se refere a um tipo de texto que, dizem as autoras, não se encaixa “em nenhuma das categorias mencionadas, mas que não pode deixar de ser considerado uma contribuição para a educação”. Tais obras, em sua opinião, teriam por finalidade “propiciar a reflexão, contrapor opiniões e fornecer uma abordagem multidisciplinar de diferentes temas, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico do leitor e a ampliação da maneira de encarar determinado objeto de estudo” (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 81).

O caso da EDIPUCRS⁶ se aproxima mais da classificação descrita por Bufrem (2001), inclusive quanto à pertinência das categorias de análise por ela propostas, mas não corresponde à classificação adotada por Guedes e Pereira (2000), de caráter bem mais genérico. Entre 1988 e agosto de 2018 a EDIPUCRS publicou um total de 1.510 obras, sendo 970 (64%) de Ciências Humanas, 47 de Ciências Exatas e Tecnológicas (3,1%), 111 (7,3%) de Ciências da Saúde e Biológicas, 231 (15,2%) de Ciências Sociais Aplicadas, 38 (2,5%) de Ciências Agrárias e da Terra, 105 (6,9%) de Literatura e 8 (0,5%) Institucionais, não havendo publicações classificadas na categoria Assuntos Locais ou Regionais⁷. De forma evidente,

portanto, esses dados da EDIPUCRS comprovam a afirmação geral de Bufrem (2011) acerca do predomínio das publicações de Ciências Humanas entre as editoras universitárias. Dentre as Humanidades, pelo menos no caso da EDIPUCRS, pode-se afirmar ainda uma clara hegemonia das publicações de Filosofia e História que, em conjunto, correspondem a mais de 50% do total da área, sendo 273 (28,1%) de Filosofia e 220 (23,4%) de História. Dessa hegemonia, como se verá melhor adiante, irá decorrer a preocupação da editora, desde os seus primórdios, em classificar em séries próprias as publicações dessas áreas.

Em princípios do século XXI, contudo, há diversas críticas e discussões acerca desse modelo editorial, mas essas passam não apenas pela proposta de novos papéis às editoras e editores universitários, como já referido, mas, antes disso, por críticas às próprias universidades e ao seu modelo tradicional de formação imediatista, de profissionalização e de investigação encerrados em si mesmos, bem como à produção de um saber fragmentado e concentrado em competências específicas, em detrimento das competências transversais (GIRALDO, 2011, p. 75). Isso porque, é claro, só faz sentido de se pensar em editoras universitárias efetivamente integradas às universidades, não como meras prestadoras de serviços, se as próprias universidades se pensarem de forma integrada e transversal em relação à formação e à produção científica nos seus diversos campos.

A esse respeito, em suas palavras, Jorge Iván Franco Giraldo diz que “la edición universitaria expresa en buena medida, para bien o para mal, lo que una universidad hace o es (...), pero no habría que desestimar la alternativa de que haya buena edición universitaria por expresar también lo que la universidad no es (...)” (GIRALDO, 2011, p. 76). Nesse sentido, ainda segundo Giraldo, a relação entre universidades

formas de registro das obras editadas, com a sua padronização e a implantação do sistema Versa, somente em fins de 2007, o que pode acarretar em certa imprecisão dos dados acima citados. Já em levantamento realizado junto à Biblioteca Nacional dos registros de ISBN da EDIPUCRS, foram encontradas 2.186 obras editadas entre os anos de 1998 e 2018, sob os prefixos 7430 e 397. Nesse caso, contudo, dois esclarecimentos se fazem necessários: 1) a EDIPUCRS não registrou ISBN para as suas obras anteriores a 1998, estando o seu registro disponível somente no sistema Versa; 2) obras publicadas nos formatos impresso e digital têm dois registros de ISBN na Biblioteca Nacional e, portanto, pode haver duplicidade de registros e imprecisão também nesses dados. Nesse sentido, considerando-se que estes dados são secundários para o argumento principal deste estudo e que ambas as formas de registro de publicações são imprecisas, optou-se por tomar como referência os dados fornecidos pela própria Editora entre os anos de 1988 e 2018.

⁶ Quanto ao predomínio das publicações na área de Ciências Humanas, conforme acima apontado por Bufrem e constatado também no caso da EDIPUCRS, não se pretende avançar na investigação das suas causas, ainda que se possa especular sobre sua relação com a grande oferta de cursos nessas áreas no País, com as características de produção científica próprias das humanidades, cujos livros ainda são muito valorizados em relação aos artigos em periódicos e, mais recentemente, com as atuais exigências de publicação para fins de avaliação dos Programas de Pós-Graduação.

⁷ Os dados aqui citados foram fornecidos ao autor pela própria Editora, conforme levantamento realizado no sistema Versa Partner, em setembro de 2018. Ao longo dos seus 30 anos, entretanto, deve-se observar que a EDIPUCRS adotou diferentes critérios e

e editoras universitárias deveria ser pensada a partir de um novo marco de referência: o currículo, de um lado, e um tipo de formação complementar ou de *reparación*, de outro.

No primeiro caso, considerando a relação essencial e direta entre o currículo e a formação universitária em sentido mais estritamente profissional, Giraldo (2011, p. 78) sugere a criação de novos “itinerarios de formación e articulación de contenidos en la educación universitaria”, que se dividiriam em 4 (quatro) ciclos formativos: a) básico, referente a conhecimentos e competências comuns ou transversais; b) profissional, com as disciplinas específicas para o exercício profissional; c) social, de aplicação em relação a um problema social concreto e delimitado; e d) aprofundamento e investigação, em nível de mestrado e doutorado, orientado para a produção de novos conhecimentos. Já no segundo caso, em sentido amplo, considerando a formação complementar nos termos de uma espécie de “*alfabetización científica*”, Giraldo diz que as editoras universitárias podem não apenas expressar de maneira qualificada o que as universidades fazem, mas também “reparar deficiencias o carencias de formación que afectan la comprensión y uso integral del conocimiento por parte del público en general, de un lado, y, del otro, del profesionales o expertos” (GIRALDO, 2011, p. 78), talvez coordenando, pode-se assim dizer, um movimento de popularização e divulgação da ciência. Nesses termos, conclui o autor, currículo e editoras universitárias se constituiriam ambos em respostas possíveis a esta necessidade de alfabetização científica e à “unilateralización del conocimiento científico, de su forma de producción y apropiación” (RESTREPO, ano apud GIRALDO, 2011, p. 80).

Já na opinião de Hilda Elena Hernández Carmona, Diretora Editorial da Universidade Jesuíta de Guadalajara, a condição para as universidades se colocarem em dia com o século XXI, dentre outros aspectos, seria reconhecer o “impacto de la publicación o comunicación académica en el posicionamiento y prestigio de la [propia] universidad (...)” e garantir os “recursos económicos necesarios para la publicación y comunicación de resultados como un renglón más del gasto previsto en los proyectos de investigación y docencia (...)” (CARMONA, 2011, p. 107).

Em sentido complementar aos de Giraldo e Carmona, além de uma maior integração entre as universidades e suas editoras e da redefinição dos seus papéis, talvez se deva enfatizar também a necessidade de um maior compromisso e integração entre elas e

a sociedade, cabendo às editoras universitárias um papel central na mediação e comunicação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Nesse caso, o livro universitário seria, ao mesmo tempo, “el producto del esfuerzo institucional en el que están comprendidas todas las funciones sustantivas universitarias: enseñanza, investigación y extensión”; e “un medio de comunicación fundamental para la expresión intelectual del cuerpo de docentes, investigadores, de extensión y de miembros de la sociedad” (TRÉSPIDI, 2011, p. 115). Essa é também a posição de Flávia Rosa *et al.*, para quem “a atividade editorial universitária é uma das principais formas de as IES se relacionarem com a sociedade em geral e reflete a qualidade e o nível da pesquisa acadêmica e de produção do conhecimento” (ROSA *et al.*, 2013, p. 155).

A respeito de tais discussões, embora esse seja um debate ainda em aberto e não se pretenda ser aqui exaustivo em sua análise, parece não haver dúvida entre os seus estudiosos que a produção e publicação do conhecimento se mantém como parte essencial da atividade acadêmica e que, portanto, cabe às editoras universitárias uma “posição de destaque no processo de socialização do conhecimento e da cultura” (ROSA *et al.*, 2013, p. 156). Em relação às editoras, mais especificamente, parece haver um certo consenso acerca do seu papel mais ativo e integrado às universidades e seu projeto político, de formação e produção acadêmica.

Nesse caso, como bem sintetiza Maria das Graças Monteiro Castro, as editoras universitárias desenvolveriam, por meio da sua política editorial, um projeto intelectual de preservação do pensamento humano que se concretizaria somente se norteado “por um conjunto de critérios comprometidos com o ensino, com a produção da ciência, da tecnologia, da arte e da cultura – enfim, os pressupostos básicos do tripé acadêmico ensino, pesquisa e extensão” (CASTRO, 2013, p. 40). Ou seja, diz Castro, o ato de editar no universo acadêmico “passou a se constituir, definitivamente, como uma atividade formadora, cultural e educativa” (CASTRO, 2013, p. 43). De forma mais precisa, Leilah Bufrem (2001) atribui às editoras universitárias os papéis de formação do autor; fomento à produção do conhecimento; apoio ao ensino e à pesquisa; produção de séries didáticas; e de preenchimento de lacunas em áreas carentes de bibliografia, se aproveitando para isso da sua facilidade de acesso aos estudos e pesquisas de professores de todas as áreas do conhecimento (BUFREM, 2001, p. 45-46). Guedes e Pereira, por sua vez, sugerem

ainda, que as editoras universitárias têm exercido também um importante papel educacional de formação do leitor, do autor, do editor científico e da própria formação de profissionais em edição, o que, segundo elas, tem contribuído “para a própria afirmação institucional das universidades” e para a formação “de uma cultura universitária autêntica e não para aquela voltada à indústria cultural, que resulta do ‘bombardeio publicitário’” (GUEDES; PEREIRA, 2000, p. 83).

Dito isso, entretanto, restam ainda muito mais dúvidas do que certezas acerca destes novos e variados papéis a serem desempenhados pelas editoras e editores universitários e suas estreitas relações com as universidades de que fazem parte e seus projetos político-pedagógicos. Dentre essas, talvez se possam destacar as seguintes: Como os editores e editoras universitários podem contribuir para a produção e maior circulação do conhecimento de alto valor social e acadêmico produzido nas universidades, para além do seu valor estritamente comercial? As atividades editoriais, além da sua clara função de divulgação do conhecimento científico, poderiam também se constituir em oportunidades de formação pedagógica nas universidades? O conhecimento produzido nas universidades e publicado por suas editoras corresponde ao que é indicado pelos professores para leitura dos seus alunos de graduação e pós-graduação? Os professores e alunos conhecem a editora da sua universidade e suas publicações?

A seguir, sem a pretensão de responder de modo específico e exaustivo a essas ou outras questões, se irá tomar como referência o caso da EDIPUCRS para refletir sobre os novos papéis e o sentido acadêmico da sua atuação em meio às transformações ora em implantação na própria universidade, o chamado movimento PUCRS 360° – Universidade em Transformação.

O caso da EDIPUCRS

Os estudos de caso⁸, ainda que sejam sempre limitados quanto às suas possibilidades de generalização, podem ser muito úteis para a análise “de um caso específico, bem delimitado, contextualizado em tempo e lugar para que se possa realizar uma busca circunstanciada de informações” (VENTURA, 2007,

⁸ Sobre as origens, possibilidades e limites dos estudos de caso como metodologia de pesquisa ver: VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. *Revista SOCERJ*, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out, 2007.

p. 384), como aqui se propõe. Neste caso, contudo, não se pretende analisar a EDIPUCRS de modo intrínseco ou particular, mas, tão somente, tomá-la “como referência para compreender melhor outra questão, algo mais amplo” – os já citados novos papéis e o sentido acadêmico das editoras universitárias – o que Magda Maria Ventura classifica como um método instrumental de análise de caso (VENTURA, 2007, p. 384).

Em primeiro lugar, ainda que a EDIPUCRS tenha sido criada em 1988 como “sucessora do Editorial que durante 30 anos geriu os assuntos de edição de livros e revistas” da Universidade (FAUSTINO; CLEMENTE, 1999, p. 344), pode-se afirmar que ela já nasceu como uma editora universitária, em sentido estrito, e não apenas como uma editora na universidade, sem qualquer critério de seleção e avaliação de obras ou de vínculos com o projeto da própria universidade. No caso, o seu caráter de editora se evidencia já no ato de sua criação – Portaria nº 191/88 – que subordina as suas competências de edição, coedição ou reedição de “obras de relevante interesse científico, cultural ou didático” às diretrizes de um Conselho Editorial⁹ (art. 3º). Além disso, no que diz respeito à sua missão institucional, a EDIPUCRS nasceu com o papel de “publicar obras de valor didático e qualidade científica, técnica, literária e artística, contribuindo para a divulgação do conhecimento produzido na PUCRS, tendo por escopo o respeito à diversidade de ideias, a qualidade de produção e os padrões de autossustentabilidade” (MANUAL DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DA EDIPUCRS, 2012). Desde 1993 a editora se preocupou também em criar séries e coleções para a melhor classificação dos seus livros editados, tais como, por exemplo, as séries *História* e *Filosofia*, existentes de forma ininterrupta até os dias de hoje.

Ainda assim, pode-se também afirmar que o efetivo processo de constituição da EDIPUCRS como editora universitária, em sentido estrito, se estendeu por anos após a sua criação, o que já se afirmou ser uma espécie de regra geral no Brasil. Isso porque, por exemplo, embora suas publicações estivessem subordinadas às diretrizes de um Conselho Editorial, até recentemente esse não havia definido com clareza e tornadas públicas tais diretrizes sob a forma de

⁹ O primeiro Conselho Editorial da EDIPUCRS foi composto pelos seguintes professores: Urbano Zilles (Presidente – Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação); Antoninho Muza Naime (Diretor); Antônio Pascual Bianchi; Braz Augusto Aquino Brancato; Délcia Enricone; Delmar Basso, Luiz Antônio de Assis Brasil e Milton Menegotto. A esse respeito ver: FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. *História da PUCRS*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. v. 3.

uma Política Editorial¹⁰. Ao longo desses anos, como definido em sua missão institucional, a atuação do Conselho da EDIPUCRS se deu fortemente no sentido de privilegiar a publicação do conhecimento produzido na própria universidade, especialmente por parte dos seus professores de pós-graduação, mas sem a condição obrigatória de avaliação prévia por pares. Outro exemplo se refere às próprias séries *História* e *Filosofia* que, embora já indicassem certa orientação editorial e uma preocupação classificatória de parte da EDIPUCRS, somente nos últimos anos tiveram uma definição mais precisa do seu conteúdo e tipo de obras que editam¹¹.

Atualmente, como se verá melhor a seguir, pode-se dizer que o papel da EDIPUCRS como editora universitária está se consolidando em sintonia com a Universidade e seu movimento PUCRS 360°, que busca redefinir de forma mais integrada e transversal os seus modelos de formação e produção científica nos diversos campos do conhecimento. Nesse sentido, portanto, antes de se avançar na análise da sua atual Política Editorial e dos novos papéis e formas de atuação acadêmica da EDIPUCRS, cabem alguns breves comentários sobre os novos modelos de currículo e de formação acadêmica ora em implantação na PUCRS, que se aproximam daquele acima definido por Giraldo (2011).

A esse respeito, vale apenas destacar que a Universidade está redefinindo os currículos de todos os seus cursos com base no conceito de percursos formativos, cujos eixos fundamentais são¹²: 1) trajetória

acadêmica aberta, que permite ao estudante ter “autonomia para escolher seu percurso universitário, levando em consideração suas habilidades e interesses”, com currículos organizados em “estruturas formativas que, combinadas, resultam em diplomas e certificados, permitindo uma formação dinâmica, inovadora e continuada”; 2) educação integral, que incentiva a “formação empreendedora durante a graduação”, junto à “ampliação da formação humanística”; 3) aprender diferente, que está relacionado “ao ensino orientado pela pesquisa, em que o estudante é agente da sua aprendizagem e é estimulado a desenvolver soluções para desafios reais que geram impacto social”; e 4) campus repensado, que tem por princípio transformar todo o espaço do campus em um ambiente de aprendizagem, seguindo os princípios da “flexibilidade para o uso e configuração de mobiliários, conectividade e atmosfera de convivência e de engajamento” (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, 2017).

Em igual sentido, com base nos princípios da interdisciplinaridade e da transversalidade, a partir de 2017 os diferentes cursos da PUCRS deixaram de ser organizados em 27 (vinte e sete) Faculdades isoladas para se organizarem em 8 (oito) Escolas¹³ que reúnem diversos cursos de áreas afins: 1) Humanidades (cursos de História, Geografia, Ciências Sociais, Filosofia, Letras, Educação, Teologia e Serviço Social); 2) Ciências (cursos de Ciências Biológicas, Ciências e Inovação em Alimentos, Física, Física Médica e Geofísica, Matemática e Matemática Financeira, Química e Química Industrial); 3) Ciências da Saúde (cursos de Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Gastroenterologia, Nutrição, Odontologia e Psicologia); 4) Comunicação, Artes e Design (cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Design e Produção Audiovisual); 5) Negócios (cursos de Administração de Empresas, Comércio Internacional, Empreendedorismo e Sucessão, Gestão de Tecnologia da Informação, Inovação e Empreendedorismo, Liderança e Gestão de Pessoas, Marketing, Negócios Internacionais, Ciências Contábeis, Controladoria e Tributos, Ciências Econômicas, Finanças, Gestão de Turismo e Hotelaria); 6) Politécnica (cursos de Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Computação, Ciências Aeronáuticas, Engenharia Civil, Engenharia

¹⁰ O documento completo, aprovado pelo Conselho Editorial em 2017, foi consultado em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/assets/politica-editorial-18.1.0.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

¹¹ A falta de unidade temática ou mesmo de um perfil mais amplo dos tipos de obras publicadas na série História pode ser ilustrada pela referência a alguns dos seus títulos, tais como: A Revolução dos Maragatos (1993); Argentina x Brasil (1997); Ensaios Babilônicos (1998); III Jornada de Estudos do Oriente Antigo (1998); Deuses, Múmias e Ziguratts (1999); Heresia, Cruzada e Inquisição na França Medieval (2000); Mundo Greco-Romano (2005); Fatos e Mitos do Antigo Egito (2009); Para Compreender o Século XXI (2010); Rousseau frente ao legado de Montesquieu: história e teoria política no século das luzes (2010); e A Carne, a gordura e os ovos: colonização, caça e pesca na Amazônia (2015). Na série Filosofia, essa mesma situação pode ser percebida também pelos seguintes títulos: Escrita e Linguagem em Platão (1993); A Teoria da História em Ortega Y Gasset (1994); A Linguagem Muda e o Pensamento Falante (1994); Problemática do Culturalismo (1995); Fundamentalismo (1996); Fé e Razão no Pensamento Medieval (1996); Ciência e Ideologia (1997); Globalização e Humanismo Latino (2000); Francisco de Vitória e os direitos dos índios americanos (2002); Filósofos Pré-Socráticos: primeiros mestres da filosofia e da ciência (2012); e Agostinho: buscador inquieto da verdade (2015).

¹² Os 4 eixos dos percursos formativos em implantação na PUCRS estão disponíveis em: <http://www.pucrs.br/blog/pucrs-360o-apresenta-universidade-em-transformacao>. Acesso em: 15 out. 2018.

¹³ Sobre a definição e os princípios orientadores do novo modelo de Escolas implantado na PUCRS ver: <http://conteudo.pucrs.br/wp-content/uploads/2016/02/Principios-REORGG.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

de Computação, Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia de Software, Engenharia Elétrica: eletrônica, Engenharia Elétrica: sistemas de energia elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Sistema de Informação); 7) Medicina; e 8) Direito.

No caso da EDIPUCRS, nesse mesmo período e em sintonia com esse novo conceito acadêmico-institucional da Universidade, pode-se destacar 3 (três) importantes mudanças que estão contribuindo para reafirmar e consolidar o seu papel de editora universitária, em sentido estrito: a clara definição e publicação da sua Política Editorial; a revisão e melhor definição do perfil das séries *História* e *Filosofia* (e das demais existentes); e a criação de um novo conceito editorial de divulgação do conhecimento científico produzido na instituição, em linguagem simples e acessível ao público leigo e formato *pocket*. À Editora e ao seu editor, portanto, cabem novos e mais ativos papéis em relação ao projeto político-pedagógico da Universidade, como acima já definido.

Quanto à Política Editorial, deve-se observar a preocupação da EDIPUCRS em informar aos seus potenciais autores, internos ou externos à Universidade, não apenas acerca de questões mais práticas de ordem editorial, tais como, por exemplo, o que publicamos; como publicar e normas editoriais, mas também, a respeito de questões de ordem legal e ética na pesquisa, publicação de livros e direitos autorais e de imagem. Em todos esses itens, definidos de forma clara e precisa, se evidenciam não apenas a sua própria política editorial, de forma isolada, mas também suas relações mais estreitas com a Universidade.

Logo no seu primeiro item – O que Publicamos – por exemplo, a EDIPUCRS afirma ter por objetivo “publicar obras de relevância científica, cultural, social, literária ou didática, de todas as áreas do conhecimento (...)”, mas, por outro lado, afirma também que “não publica obras de caráter meramente propagandístico, ou de militância de qualquer natureza, ou que afrontem os valores da Missão da Universidade” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [2018], p. 3). Outro exemplo nesse mesmo sentido se refere à publicação de anais que, segundo política da Editora, “será realizada somente para eventos promovidos pela própria Universidade”, com custos pagos “com recursos próprios do evento, à exceção de eventos institucionais gratuitos” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [2018], p. 3-4). Essa mesma relação pode ser observada também no item IV da sua Política Editorial – Normas

Editoriais¹⁴, que define de forma clara que todas as etapas de edição das obras publicadas pela EDIPUCRS “serão reguladas pela própria Editora (...) a fim de se garantirem sua qualidade e o padrão editorial”, o que tanto nos remete a uma preocupação mais técnica com o padrão da sua produção editorial, em si, quanto com a garantia de uma identidade visual e gráfica e de comunicação da própria Universidade.

Além disso, a Política Editorial da EDIPUCRS explicita também a preocupação da Editora com a qualidade das suas publicações e com as suas implicações legais e éticas, o que, é claro, se manifesta também como uma preocupação da própria Universidade com essas mesmas questões e com a sua imagem pública de instituição de pesquisa de reconhecida qualidade¹⁵.

No item III – Como Publicar, por exemplo, o compromisso da EDIPUCRS com a maior qualificação do seu catálogo de obras se define por meio de um rigoroso processo de avaliação dos trabalhos submetidos para publicação, que inclui as seguintes etapas: 1) parecer preliminar do editor-chefe a respeito da sua “relevância científica, pertinência à Política Editorial e se é caracterizada como publicação avulsa ou vinculada a uma série específica”; 2) parecer acadêmico quanto ao mérito da proposta, emitido por membro do Conselho Editorial ou *ad hoc*, considerando os requisitos de “atualidade e originalidade temática ou de abordagem temática, rigor e pertinência teórico-conceitual e metodológica, e atualidade e pertinência bibliográfica”; 3) parecer técnico do coordenador administrativo quanto a “custos, viabilidade técnica e viabilidade comercial” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [2018], p. 9); e, por fim, a aprovação final do editor-chefe. Já no item VI – Direitos Autorais e de Imagem: orientações legais – não apenas reafirma o compromisso da Editora (e da

¹⁴ Além das orientações gerais de revisão e diagramação indicadas na sua Política Editorial, item IV – Normas Editoriais, a EDIPUCRS publicou também um manual intitulado *Preparação de Originais – guia do autor*, disponível em <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/assets/guia-do-autor-18.1.0.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

¹⁵ De acordo com o *Ranking Universitário Folha* (RUF), edição 2018, a PUCRS é a melhor universidade privada do Brasil. Os dados completos podem ser consultados em <http://ruf.folha.uol.com.br/2018/ranking-de-universidades>. Acesso em: 15 out. 2018. Já de acordo com o *ranking* da *Times Higher Education* (THE), edição 2019, a PUCRS é a melhor instituição privada do sul do Brasil e a segunda melhor do País. Os seus dados completos podem ser consultados em: https://www.timeshighereducation.com/world-university-rankings/2019/world-ranking#!/page/0/length/25/sort_by/rank/sort_order/asc/cols/stats. Acesso em: 15 out. 2018.

Universidade) de respeito aos direitos do autor e do uso de imagens, mas também esclarece aos seus autores, de forma resumida e em linguagem acessível, sobre os seus próprios direitos morais e patrimoniais e as diferenças de direitos em relação às obras individuais, em coautoria ou coletivas, bem como dos seus deveres de “respeitar os direitos autorais de outros” e de garantir “o ineditismo da obra intelectual, assim como de que esta não foi publicada em outro veículo” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [2018], p. 18-19). O item VII – Ética na Pesquisa, por sua vez, destaca o compromisso da Editora (e da Universidade) com os princípios do *Comitê on Publication Ethics* (COPE).

No que diz respeito às séries *História* e *Filosofia*, que vimos representarem mais de 50% de todas as publicações da grande área de Humanidades, ou mais de 30% do total de títulos publicados pela EDIPUCRS, e talvez justamente devido a esse grande volume, observa-se de parte da Editora uma preocupação em revisar e melhor definir o perfil das obras nelas publicadas. Deve-se destacar, entretanto, que essa é uma preocupação geral da EDIPUCRS, válida para todas as áreas do conhecimento, que afirma publicar obras de relevância científica, cultural, social, literária ou didática “preferencialmente pertinentes a uma das séries/coleções a seguir indicadas” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [2018], p. 3), o que nos sugere um delineamento mais claro da sua política editorial e da classificação de suas publicações de todas as áreas do conhecimento¹⁶.

¹⁶ As demais séries atualmente publicadas pela EDIPUCRS são: 1) *Linguística*, que publica “obras inéditas assinadas por pesquisadores renomados da área de Linguística”; 2) *Literatura/Teoria*, que “abriga ensaios e artigos de caráter acadêmico que discutam novas perspectivas na Teoria da Literatura”; 3) *Literatura/Criação*, que “acolhe textos literários em sentido estrito, como romances, novelas, contos, poemas, bem como os que assim são considerados em sentido amplo, como crônicas, textos teatrais, roteiros de TV e de filmes”; 4) *RIES/PRONEX*, que publica textos “resultantes de pesquisas da Rede Sul-Brasileira de Investigadores da Educação Superior – RIES, reconhecida como Núcleo de Excelência em Ciência, Tecnologia e Inovação CNPq/FAPERGS”; 5) NUPECC, que publica “obras resultantes de pesquisas acadêmicas na área de comunicação social com o objetivo de divulgação científica”; 6) *FAMECOS*, que publica “obras resultantes de pesquisas acadêmicas inéditas e de alta relevância e traduções de obras de referência na área de comunicação social”; 7) *Museum*, que publica “obras de caráter científico, cultural e educativo, na forma de livros ou catálogos de exposições, com o objetivo de contribuir para a dinâmica cultural, ampliar os horizontes no campo das atividades museológicas (...);” 8) *Especial*, que publica obras de alta relevância científica, reguladas e selecionadas por Edital de Concurso aberto anualmente pela Editora”, de todas as áreas do conhecimento (Política Editorial: 7-8). Sobre a série *Especial*, embora já aprovada sua criação pelo Conselho Editorial, deve-se destacar que ainda não houve a abertura de nenhum Edital por parte da EDIPUCRS e, portanto, nenhuma obra foi publicada sob o seu selo.

A série *Filosofia*, no contexto institucional de implantação da nova Escola de Humanidades e de currículos baseados no conceito de percursos formativos, se define por publicar “obras sobre temas filosóficos relevantes, de viés interdisciplinar, destinadas a um público plural” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [20--], p. 5), ou seja, por uma proposta de diálogo mais franco com as demais áreas do conhecimento e com o grande público de não especialistas em Filosofia, em si. A série *História*, por sua vez, em sentido mais estreito, definiu de forma precisa o seu objetivo de publicar somente “obras resultantes de pesquisas acadêmicas inéditas nas áreas de História do Brasil e das Sociedades Ibéricas e Americanas” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [20--], p. 5). Já com vistas ao diálogo interdisciplinar da área de História com as demais, a série *História* foi subdividida nas séries *Monumenta*, que publica “obras esgotadas ou de circulação restrita e traduzidas de línguas estrangeiras” que se constituam em “importante referência no campo da História, em particular, ou das Ciências Humanas, em geral” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [20--], p. 6); e *Mundo Contemporâneo*, que publica “obras resultantes de pesquisas acadêmicas inéditas sobre temas de História Geral ou de áreas afins das Ciências Humanas, especialmente aqueles relativos aos séculos XX e XXI” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [20--], p. 6).

Por fim, quanto à criação de um novo conceito editorial de divulgação científica, a EDIPUCRS se propõe também a publicar “obras sobre temas contemporâneos e/ou resultantes de pesquisas acadêmicas, com caráter de divulgação científica, de todas as áreas do conhecimento, de pequeno formato” (EDITORA UNIVERSITÁRIA, [20--], p. 3). Ainda que se possa encontrar diversas publicações de caráter menos acadêmico ou de divulgação científica dentre as mais de 1.500 obras editadas pela EDIPUCRS – o que não se pretende aqui analisar, deve-se observar que somente agora esse tipo de publicação se definiu como parte da sua política editorial, valorizado pela Editora e pela própria Universidade como forma e meio de diálogo com a sociedade e de divulgação do conhecimento acadêmico a um público mais amplo de não especialistas.

Apenas a título de exemplo, em sintonia com os novos papéis e mútuas relações entre Editora e Universidade, os primeiros livros editados sob esse novo conceito, com destaque para a sua diversidade de áreas e temáticas, são: *Qual é o Sentido?*, sobre a questão do sentido da vida a partir da Logoterapia, de Viktor Frankel; *Debates sobre a Questão Indígena: histórias, contatos e saberes*, sobre as relações e representações

da questão indígena na sociedade contemporânea e seus usos didáticos; *A Reforma Trabalhista Simplificada: comentários à lei nº 13.467/2017*, com esclarecimentos ao público leigo das principais mudanças na legislação trabalhista e suas implicações cotidianas; e *Direitos Humanos e Migrações Forçadas: introdução ao direito migratório e ao direito dos refugiados no Brasil e no mundo*, sobre a questão do direito de migrar como um direito humano em contraponto às restrições nacionais aos imigrantes e às migrações forçadas por motivos políticos, de guerra ou outros.

Face ao exposto, portanto, pode-se concluir que o caso da EDIPUCRS bem ilustra e demonstra a hipótese acima referida de que o processo de constituição das editoras universitárias brasileiras, em sentido estrito, se estendeu ao longo de vários anos, quer tenham sido elas originadas de antigos parques gráficos ou nascidas já como editoras, propriamente ditas. Se, de um lado, a EDIPUCRS sempre contou com as diretrizes gerais de um Conselho Editorial e desde cedo se preocupou em classificar as suas obras por séries; por outro lado, contudo, até recentemente não havia a definição clara de tais princípios e diretrizes na forma de uma Política Editorial. Foi somente nos últimos anos, em sintonia com as mudanças no próprio modelo acadêmico-institucional da Universidade – movimento PUCRS 360°, que a EDIPUCRS avançou de forma mais consistente na definição e publicação da sua Política Editorial, na definição mais precisa do perfil das suas séries e na criação de um novo conceito editorial de divulgação científica, que se constituem em importantes indicadores no seu processo de consolidação como editora universitária, em sentido estrito.

Referências

- BUFREM, Leilah Santiago. **Editoras Universitárias no Brasil**. São Paulo: EDUSP: Com-Arte; Curitiba: UFPR, 2001. <https://doi.org/10.1590/1981-5344/2599>
- BUFREM, Leilah Santiago. Práticas Editoriais e o Ensino Superior no Brasil. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, n. 4, ago. 2008.
- BUFREM, Leilah Santiago. Edição Universitária no Brasil. *In: Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 132-149.
- BUFREM, Leilah Santiago; GARCIA, Tânia Maria Figueiredo Braga. A editora universitária diante dos desafios e tensões da institucionalização de suas práticas. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, set. 2013.
- CARMONA, Hilda Elena Hernández. Piedra, Papel y... Bites – los desafíos de la edición universitaria. *In: Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 158-174. <https://doi.org/10.2307/j.ctv75dbc9.9>
- CASTRO, Maria das Graças Monteiro. O livro como indicador de produção e produtividade acadêmica: a política de publicação das Editoras Universitárias Brasileiras. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, set. 2013. <https://doi.org/10.18225/sispubispub.17>
- EDITORIA UNIVERSITÁRIA (Porto Alegre). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. **Política Editorial**. 18.1 Porto Alegre: Edipucrs. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/assets/politica-editorial-18.1.0.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018. <https://doi.org/10.5783/rirop-9-2015-05-67-88>
- FAUSTINO, João; CLEMENTE, Elvo. **História da PUCRS**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.
- FERRAZ, Maria Cristina Comunian. O papel das Editoras Universitárias na formação do sujeito/autor. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, v. 10, 2014.
- GIRALDO, Jorge Iván Franco. Dilemas Globales em la Formación de las Editoriales Universitarias. *In: Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 73-86.
- GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. Editoras Universitárias – uma contribuição à indústria ou à artesanía cultural? **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 1, 2000. <https://doi.org/10.1590/s0102-88392000000100009>
- KLINKE, Karina. Publicações universitárias e a apropriação do conhecimento científico. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, v. 10, 2014.
- Manual de Procedimentos Administrativos da EDIPUCRS, 2012.
- MARQUES NETO, José Castilho. Leitura e Formação do Leitor. *In: Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 17-28.
- PINTO, Manuel da Costa. Compromisso Acadêmico. Entrevista com Henryk Siewieski, Diretor da Editora UnB entre 2005 e 2011. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, set. 2011.
- RESTREPO, Juan Felipe Córdoba. Ciencia para el Continente, Producción Científica en América Latina: circulación, visibilidad y conocimiento. *In: Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 38-51. <https://doi.org/10.2307/j.ctv75dbc9.9>
- RESTREPO, Juan Felipe Córdoba. Las Instituciones de Educación Superior – el editor universitario aportes para redefinir su papel. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, v. 10, 2014.

ROSA, Flávia *et al.* A Presença das Editoras Universitárias nos Acervos dos Repositórios Institucionais. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 2, p. 152-164, jul./dez. 2013. Edição especial. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v4i2p152-164>

RÖSING, Tania Maria Kuchenbecker. Livro Universitário e a apropriação social do conhecimento. **Revista Verbo** – Associação Brasileira de Editoras Universitárias, v. 10, 2014.

TRÉSPIDI, Miguel Ángel. El Caso Argentino – edición universitaria argentina. *In: Edición Universitaria en América Latina: debates, retos, experiencias*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2011. p. 111-128. <https://doi.org/10.2307/j.ctv75dbc9.9>

VENTURA, Magda Maria. O Estudo de Caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007.


Recebido em: 26/10/2018.

Aprovado em: 7/3/2019.

Publicado em: 5/7/2019.

Autor/Author:

LUCIANO ARONNE DE ABREU luciano.abreu@puers.br

- Doutor em Estudos Históricos Latino Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005) e mestre em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995). Atualmente é professor titular do Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Rio Grande do Sul, Era Vargas e Autoritarismo.
 <http://orcid.org/0000-0002-5375-694X>
- Graduate at History from Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1993), master's at History from Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1995) and ph.d. at Estudos Históricos Latino Americanos from Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2005). He is currently titular professor at Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Has experience in History, focusing on History of Brazil Republic, acting on the following subjects: Rio Grande do Sul, Era Vargas and authoritarianism.
- Tiene doctorado en Estudios Históricos Latinoamericanos por la Universidad del Valle del Río de los Sinos (2005) y maestría en Historia de Brasil por la Pontifícia Universidad Católica de Rio Grande do Sul (1995). Actualmente es profesor titular del Programa de Postgrado en Historia de la Pontifícia Universidad Católica de Rio Grande do Sul. Tiene experiencia en el área de Historia, con énfasis en Historia del Brasil República, actuando principalmente en los siguientes temas: Historia de Rio Grande do Sul, Era Vargas y Autoritarismo.